

VISÕES E PROPOSIÇÕES PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO DO AGRONEGÓCIO CAJU NO ESTADO DO CEARÁ

José Ismar Parente
Vitor Hugo de Oliveira

Fortaleza, maio de 2021.

VISÕES E PROPOSIÇÕES PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO DO AGRONEGÓCIO CAJU NO ESTADO DO CEARÁ.

1.Considerações Preliminares

A cadeia produtiva do agronegócio caju é considerada uma das mais relevantes para a economia cearense, não apenas pela sua capacidade de gerar renda, trabalho e divisas, como também pela diversidade de produtos e coprodutos obtidos a partir do processamento da castanha e do pedúnculo. Além da importância social, econômica, ambiental e cultural a cajucultura é uma das poucas atividades da agricultura de sequeiro cuja produção se concentra no período seco e que dispõe de extensa área disponível e vocacionada para expansão nos seis polos de produção definidos nos estudos realizados pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará e Embrapa Agroindústria Tropical, e referendados pela Agência de Desenvolvimento do Ceará (ADECE), no Plano de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Caju do Ceará (PDCP Caju (Figura 1).

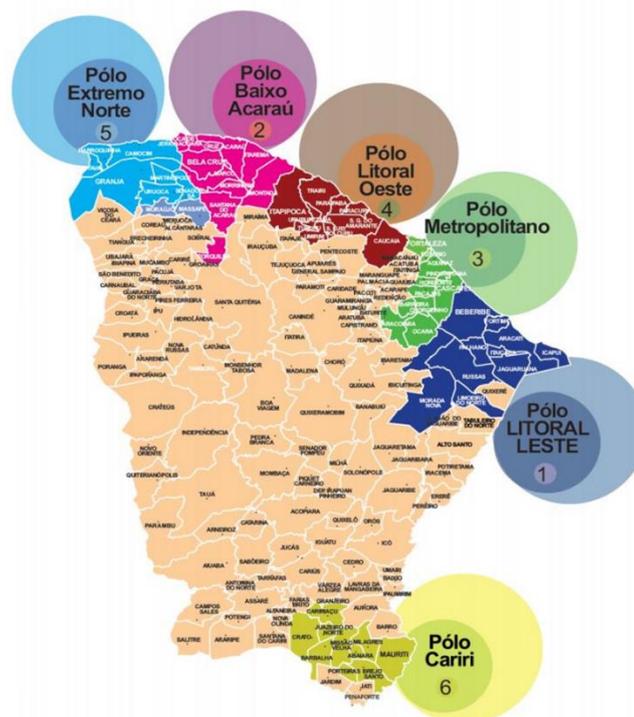


Figura 1 - Polos de produção de castanha de caju no Estado do Ceará (Fonte: Adece, 2017).

É fato notório que estão ocorrendo sensíveis mudanças positivas no agronegócio caju no Ceará, principalmente nas duas últimas décadas. Uma análise nos diversos elos que compõem essa cadeia mostra algumas ações, fruto do desenvolvimento científico e tecnológico, consideradas importantes para que novas estratégias possam lhe assegurar maiores êxitos e promover maior competitividade e sustentabilidade.

Se, por um lado, nas três décadas que antecederam os anos noventa, houve uma rápida expansão da área cultivada com o cajueiro, isto ocorreu com material genético de baixa produtividade, de porte alto, produção tardia, e de manejo, controle fitossanitário e colheita difíceis, resultando em plantios antieconômicos e na oferta de produtos de qualidade contestada pelas indústrias de processamento de castanha e pedúnculo do caju.

Apesar dos primeiros clones de cajueiro anão precoce terem sido lançados em 1983, somente a partir de meados da década de noventa ocorreu a regularização de viveiristas e produtores de mudas junto ao então Ministério da Agricultura, com a conseqüente comercialização, em maior escala, de mudas dos clones então disponíveis.

Nas décadas subsequentes, em razão do lançamento de novos clones, com características voltadas para atender as diversas demandas, seja para a indústria ou para consumo in natura, novas alternativas foram descortinadas para o agronegócio caju, notadamente em razão das claras vantagens dos clones anões em comparação com o cajueiro comum, não só pela maior produtividade e outros atrativos, mas também pelo maior aproveitamento do pedúnculo.

É importante ressaltar que os diversos elos da cadeia do agronegócio caju foram então bastante favorecidos pela expansão dos pomares de cajueiro anão precoce. Novas oportunidades surgiram em decorrência das facilidades no aproveitamento da castanha e pedúnculo e do desenvolvimento de pesquisas e inovações focadas no aproveitamento integral do caju. É indiscutível o aumento do número de micros, pequenos e médios negócios, nos principais polos da cajucultura do Ceará.

Deve-se reconhecer que os projetos de distribuição de mudas de clones de cajueiro anão precoce e de recuperação de pomares de cajueiros improdutivos pela tecnologia de substituição de copas, coordenado pela SDA/Emater (CE), iniciados em 2007 e ainda em execução, estão contribuindo positivamente para a mudança do perfil tecnológico dos pomares de cajueiro,

incrementando a implantação de pequenos e médios plantios, favorecendo a melhoria da produtividade e qualidade dos produtos, potencializando uma maior integração dos diversos elos da cadeia e a implantação de pequenos e médios empreendimentos agroindustriais.

A renovação gradativa das áreas de cajueiro comum com os diversos clones de cajueiro anão precoce em todos os 6 (seis) polos da cajucultura foi motivada ainda pela elevada mortalidade dos plantios de cajueiro do tipo comum, estimada em cerca de 135.500 hectares, provocada pela severidade climática ocorrida no Ceará, no período de 2012 a 2016, como também em razão da senescência e abandono da maioria das áreas plantadas com cajueiro do tipo comum.

As estatísticas referentes ao rendimento médio (kg de castanha/hectare) no ano de 2020, no elo de produção, apesar de mais animadoras, ainda são consideradas insuficientes para provocarem as mudanças requeridas perante o que se espera dessa importante cadeia de valor para o estado do Ceará. Os números, embora ainda distantes dos obtidos nos trabalhos de pesquisas da Embrapa Agroindústria Tropical ou mesmo por poucos produtores que fazem uso de sistemas de produção de alto desempenho tecnológico, estimulam, principalmente, pequenos e médios produtores e empreendedores, a investirem na cajucultura, reconhecendo o grande potencial do mercado interno para os seus produtos e coprodutos, além de vislumbrarem vantagens competitivas deste agronegócio no que se refere aos mercados tradicionais das Américas, Europa e Ásia.

As mudanças do perfil tecnológico no elo de produção ocorridas com maior intensidade no período 2008/2020, já assinalam para um horizonte mais positivo, considerando a oferta de matéria prima mais uniforme e de qualidade, propiciando que atores de outros elos se beneficiem e sejam estimulados a realizarem investimentos em pequenas e médias indústrias de castanha e de processamento do pedúnculo. Neste particular, micro e pequenas empresas e cooperativas de distribuição de caju de mesa, instaladas em municípios do litoral norte e leste, comercializam produtos e coprodutos do caju voltados para atender programas como o PAA e o PNAE ou mesmo mercados municipais, regionais e estaduais.

Quanto ao elo de processamento de castanha e pedúnculo do caju deve-se ressaltar que nos anos setenta e oitenta houve uma explosão de projetos agroindustriais, impulsionados pelos fartos incentivos fiscais da Sudene e

IBDF-Fiset Reflorestamento e aprovados com base em estimativas otimistas de produções futuras das grandes áreas implantadas com cajueiro comum. Das mais de 20 grandes e médias empresas então constituídas, apenas 4 (quatro) grandes fábricas estão processando, regularmente, um volume de castanha *in natura* cujo montante, atualmente, não chega a ser produzido, por ano, nas plantações do Ceará.

Na década de noventa a produção média anual de castanha cearense foi da ordem de 57.706 t; na década de 2000 o volume médio anual de castanha alcançou 88.825 t, enquanto no período de 2010 a 2020 este volume médio decresceu para 64.933 t o que acarretou importações mais volumosas de castanha da África.

Saliente-se que no período entre 1990 e 2020, em apenas 6 (seis) anos o Ceará produziu volume anual superior a 100.000 toneladas/ano, sendo que o maior volume registrado ocorreu em 2006 quando produziu 130.544 toneladas.

A análise da oferta interna de castanha mostra que as indústrias processadoras do Ceará sempre necessitaram importar castanha para complementar as suas necessidades de matéria prima, principalmente dos estados do Piauí e Rio Grande do Norte e, em certos anos, do continente africano, cujas importações acentuaram-se a partir da última década. É importante lembrar que os estados do Piauí e Rio Grande do Norte estão reduzindo gradativamente as remessas de castanha para o Ceará em razão da instalação de indústrias processadoras de castanha.

Um outro fato que merece atenção é a instalação de unidades de processamento de castanha por empresas cearenses em países da África, responsável, atualmente pelo volume de cerca de 57% da castanha de caju produzida no mundo e onde estão concentradas grandes distribuidoras dos diversos tipos de amêndoas (nuts), principalmente amêndoa de castanha de caju. Além de expressivo volume de castanha, os países africanos pagam baixos salários e, mediante uma governança estruturada nos diversos elos da cadeia de valor e claras regulamentações estão atraindo novas empresas, inclusive duas empresas cearenses.

É importante salientar que o agronegócio caju do Ceará conta com condições bastante satisfatórias para alavancar definitivamente esta importante cadeia, considerando os seguintes fatores: posição geográfica privilegiada em relação aos principais mercados consumidores de nozes, sucos e frutas; infraestrutura

condizente com as necessidades de escoamento da produção seja por meio de rodovias pavimentadas que servem aos principais municípios produtores, ou via portuária e aeroporto internacional; extensas áreas propícias e disponíveis para o cultivo do cajueiro; diversas micro, pequenas, médias e grandes empresas de processamento e beneficiamento de produtos e coprodutos do caju, considerável rede de estabelecimentos comerciais e supermercados e diversas instituições de ensino, pesquisa, extensão, fomento e desenvolvimento dotadas de massa crítica com vasto conhecimento sobre assuntos relacionados ao agronegócio caju.

2.Estado da Arte e Proposições para Retomada do Crescimento do Agronegócio Caju no Ceará

2.1. Estado da Arte

2.1.1. Do Reflorestamento à Agroindústria

É importante destacar que até fins da década de setenta a cultura do cajueiro era considerada semiextrativista e reflorestadora, não sendo reconhecida como uma atividade integrante do ramo da fruticultura. Conforme exposto anteriormente, os diversos clones de cajueiro anão precoce disponíveis, em escala, a partir de meados da década de noventa foram os maiores responsáveis pelas mudanças do perfil tecnológico dessa cadeia produtiva.

Nesse contexto, diversas tecnologias foram concebidas a partir das vantagens do cajueiro anão precoce em relação ao tipo comum, como maior produtividade, uniformidade da castanha e pedúnculo, facilidades nos tratamentos culturais, controle de pragas e doenças e na colheita, via máquinas e equipamentos mecanizados e semimecanizados mais adaptáveis ao manejo dos pomares de cajueiro, em razão do baixo porte e, principalmente, melhoria na qualidade da matéria-prima para processamento nas indústrias de castanha e do pedúnculo do caju.

Por sua vez, o programa subsidiado de expansão e recuperação da cajucultura, coordenado pela SDA/Emater (CE), iniciado a partir de 2007, consistindo do projeto de distribuição de mudas de diversos clones de cajueiro anão precoce e o projeto de substituição de copas em cajueiros improdutivo, têm contribuído, indiscutivelmente, para uma maior competitividade e sustentabilidade do agronegócio caju.

O desafio passou a ser substituir os plantios antieconômicos e senescentes de cajueiros comuns por pomares de cajueiro anão precoce. As estatísticas a seguir apresentadas, correspondentes ao período 2008 a 2020, comprovam a contribuição do programa e se constitui um marco importante para a mudança do perfil tecnológico da cajucultura do Ceará:

- a) A área total de cajueiro destinada à produção, em 2008, era de 386.757 ha, sendo 343.614 ha plantados com cajueiro do tipo comum, que correspondia a 89% da área total e 43.143 ha cultivados com cajueiro anão precoce que ocupava apenas 11% da área total do Estado;
- b) A produção de castanha dos plantios de cajueiro comum correspondia, em 2008, a 98.150 t, representando 81% da produção total estimada em 121.045 t. A produção proveniente dos plantios de cajueiro anão precoce alcançava 22.895 t, representando apenas 19% da produção total de castanha do Ceará;
- c) Naquele ano o rendimento médio do cajueiro comum foi estimado em 286 kg de castanha/ha, enquanto a produtividade dos pomares de cajueiro anão precoce alcançava quase o dobro do tipo comum; algo em torno de 531 kg/ha;
- d) As estatísticas referentes a 2020, revelam mudanças significativas no cenário da cajucultura do Ceará. A área total de cajueiro está estimada em 269.910 ha enquanto a área de cajueiro comum abrange algo em torno de 177.805 ha, o que corresponde a 66% da área total. Os pomares de cajueiro anão precoce já ocupam uma área de 92.105 ha, correspondendo a 34% da área total do Estado;
- e) Em 2020 os clones de cajueiro anão precoce foram responsáveis pela produção de 49.160 t de castanha, o que representa cerca de 58% da produção total do Estado, estimada em 85.177 toneladas. A produção de castanha nos plantios de cajueiro comum alcançou apenas 36.017 t, representando somente 42% da produção total de castanha do Ceará.
- f) O rendimento médio obtido nos plantios de cajueiro comum foi estimado em 202 kg/ha, enquanto nos pomares de cajueiro anão precoce já alcança, em média, 533 kg/ha, ou seja, mais de 2,5 vezes a produtividade dos plantios de cajueiro comum.
- g) Considerando a existência de 178.805 ha de cajueiros comuns e a renovação de 10.000 ha/ano com clones de cajueiro anão precoce, seriam necessários pelo menos dez anos para a substituição de 100.000 hectares. Estimando-se o rendimento médio de 700 kg de castanha/ha, ao longo dos 10 anos e a nova área renovada estimada em 192.105 há, a produção de castanha retornaria ao antigo patamar de 2006, de cerca de 134.500 toneladas de castanha.

2.1.2. O Efeito das Secas Cíclicas

Vale destacar que em razão da grave irregularidade pluviométrica ocorrida no período compreendido entre 2012 a 2016, houve acentuada redução da área ocupada com cajueiro comum e pequenas perdas de mudas nos novos pomares de cajueiro anão precoce. As estatísticas estimam que no período 2008 a 2020, mesmo com o estímulo do programa de recuperação e expansão da cultura do cajueiro, houve uma redução na área de cajueiro no estado do Ceará de cerca de 116.847 hectares. Esta acentuada redução da área plantada provocou uma forte queda na produção de castanha proveniente do cajueiro comum, refletindo-se fortemente na oferta de castanha para processamento nas indústrias.

2.1.3. Importância do Programa de Distribuição de Mudanças

É importante reconhecer que os projetos de distribuição de mudas de clones de cajueiro anão precoce e de recuperação de pomares improdutivos pela tecnologia de substituição de copas de cajueiros improdutivos, coordenado pela SDA/Emater (CE), iniciados em 2017, estão contribuindo positivamente para a mudança do perfil tecnológico dos pomares de cajueiro, incrementando a implantação de pequenos e médios plantios, favorecendo a melhoria da produtividade e qualidade dos produtos, potencializando uma maior integração dos diversos elos da cadeia e a implantação de pequenos e médios empreendimentos agroindustriais.

Apesar disso, os números mostram que a área ocupada com cajueiro comum ainda é bastante significativa, estimada em cerca de 178.000 hectares. No período de 2008 a 2020 a área implantada com mudas de cajueiro anão precoce e mediante a técnica de substituição de copas correspondeu a uma média anual de 3.766 ha, insuficiente para atender o incremento na produção de castanha e, por conseguinte, as necessidades do parque industrial de caju, o que tem motivado, dentre outras causas, a evasão de indústrias cearenses para países da África Ocidental, como Gana e Costa do Marfim.

2.1.4. Acesso do Cajucultor à Informação

Considerando que cerca de 76% dos produtores e/ou empreendedores do agronegócio caju possuem áreas com até 20 hectares, usam pouca tecnologia, dispõem de reduzidos meios econômicos e financeiros e pouco

acesso aos recursos da internet, torna-se fundamental uma assistência técnica pública e/ou privada que assegure informações tecnológicas capazes de provocar mudanças positivas, principalmente, nos pequenos e médios produtores e empreendedores.

Há, portanto, necessidade de incentivar e promover a divulgação massiva de tecnologias de produtos e coprodutos do caju, prestando assessoria na gestão das pequenas e médias unidades de produção de caju e assegurar capacitações focadas em temas de interesse dos diversos elos da cadeia do caju (dentro e fora da porteira), usando meios presenciais e, principalmente meios virtuais.

É desejável que as instituições públicas e privadas que atuam nos polos da cajucultura promovam um ajuste fino das propostas e ações, intercambiando informações a fim de evitar superposições, notadamente nos cursos, oficinas de trabalho, dias de campo, eventos e, principalmente, nas consultorias e assistência técnica.

2.1.5. Sustentabilidade do Setor de Beneficiamento de Castanha

No que concerne a situação das indústrias de beneficiamento de castanha de caju, existem motivos para preocupação em relação a sustentabilidade do setor, em razão da drástica redução da área, produtividade e senescência dos pomares de cajueiro comum, baixas precipitações, entre outras causas, nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, responsáveis por cerca de 95% da produção de castanha de caju no Brasil. A análise de algumas estatísticas referentes ao período compreendido entre 1990 a 2020 mostram que a redução da área de plantio nos três estados foi de cerca de 386.141 hectares. Quanto à retração na produção, no mesmo período, foi de 106.397 toneladas. Estes números foram obtidos da diferença entre as áreas máximas correspondentes a um determinado ano e as áreas constantes das estatísticas do ano de 2020.

No ano de 2013 a área implantada com cajueiros no Ceará correspondia a 405.466 ha e, atualmente, alcança apenas 269.910 ha, portanto, uma redução de 135.556 hectares. No Piauí a redução foi ainda mais drástica. Em 1993 a área com cajueiro correspondia a 243.106 ha e, em 2020, a área estimada alcançava apenas 71.132 ha, uma redução de 171.974 hectares. O Rio Grande do Norte que havia implantado até 2009 uma área de 129.507 ha, as

estatísticas de 2020 apontam para apenas 50.896, ou seja, uma redução de 78.611 hectares.

A produção de castanha do Ceará que havia alcançado, em 2006 um volume da ordem de 130.544 t atingiu, em 2020, apenas 85.177 t, correspondendo a um decréscimo de 43.367 toneladas. O Piauí sofreu uma redução de 24.052 t, considerando que em 1995 obteve uma produção de 47.207 e, em 2020, não produziu mais que 23.155 toneladas. Quanto ao Rio Grande do Norte, teve sua produção também bastante reduzida, quando se confronta a produção obtida em 1991, que alcançou cerca de 56.430 t, com a de 2020, estimada em 17.452 t. A redução considerada alcançou 38.978 toneladas.

A drástica redução no volume de produção de castanha produzida no Ceará e nos estados do Piauí e Rio Grande do Norte refletiu-se fortemente na quantidade de amêndoa de castanha de caju (ACC) exportada pelo Ceará. As exportações de ACC que chegaram a gerar divisas para o estado da ordem de U\$ 187.028.687 FOB, em 2009, estão reduzidas a cerca de U\$ 84.309,0 milhões FOB, em 2020. Se por um lado as exportações de ACC decresceram substancialmente, o mercado interno brasileiro encontra-se em franco crescimento, estimando-se que esteja absorvendo cerca de 45% do volume processado. Vale aqui destacar o papel relevante das pequenas e médias unidades de processamento na expansão deste mercado.

Quanto às exportações do líquido da casca da castanha (LCC), o maior valor alcançou U\$ 34.263,5 milhões FOB, em 2012, enquanto em 2020 somente U\$ 2.268,6 milhões FOB.

Fica muito claro que as drásticas reduções da área plantada afetaram fortemente a produção de castanha, uma vez que os estados anteriormente citados, praticamente, são os indutores do agronegócio caju brasileiro. Os reflexos foram sentidos e atingiram os diversos elos da cadeia, reduzindo a renda dos produtores e industriários, postos de trabalho nos setores agrícola e industrial, impostos e divisas para o estado e gerando incertezas quanto as perspectivas do agronegócio caju, principalmente para as grandes empresas de beneficiamento de castanha que necessitam de volume de matéria prima para atender, em escala, a demanda dos mercados doméstico e internacional.

No Ceará, das onze grandes empresas que ainda se encontravam beneficiando castanha de caju nos últimos anos, apenas quatro ainda estão instaladas e produzindo ACC. No sentido de reduzir os impactos provocados

pela diminuição da oferta de matéria-prima foi intensificada a importação de castanha in natura da África, a partir de 2010, atingindo o ápice no ano de 2012, quando foram importadas pelo Brasil 59.450 toneladas, sendo o maior percentual destinado ao Ceará. As importações ainda continuam num patamar elevado, considerando que em 2020 foram ainda importadas 38.589 toneladas de castanha.

É evidente que as empresas brasileiras implantadas na África necessitam manter seus clientes e expandir seus negócios onde existe matéria-prima suficiente, além do atrativo dos custos por tonelada produzida de ACC ser menor que no Brasil. Como o mercado interno está em expansão, as pequenas e médias empresas aproveitam o vácuo e aquelas mais bem gerenciadas e mais competitivas estão conseguindo se manterem estabelecidas por conta própria e/ou associadas a cooperativas. Algumas médias empresas estão utilizando sistema de beneficiamento semimecanizado e se credenciando com marcas reconhecidas pelo mercado consumidor de ACC.

Deve-se salientar, no entanto, que a maioria das unidades de beneficiamento de castanha implantadas com recursos públicos, a partir do início dos anos 2000, não funciona em razão de várias causas, destacando-se: gestão deficiente; falta de manutenção das máquinas e equipamentos; articulação difícil junto aos fornecedores da matéria-prima, comprometendo a fidelização; falta de um trabalho de conscientização dos produtores para a cooperação; dificuldade na negociação com as instituições financeiras para concessão de empréstimos para capital de giro necessário a aquisição da castanha e insumos; forte dependência de auxílio e assistência técnica do estado, em certos casos de ONGs ou mesmo da forte atuação de intermediários. Não se pode esquecer também que a maioria dos compradores necessita de maior volume de amêndoa que só é possível obter somando a produção de várias unidades, o que dificulta a organização da produção e a logística.

Há alguns casos de sucesso quando ocorre uma adequada articulação entre as unidades de beneficiamento com cooperativas, ONGs ou mesmo médias empresas âncoras, notadamente quando voltadas para comercialização da ACC para os mercados locais e regionais.

2.1.6. Crescimento do Setor de Processamento do Pedúnculo

No que concerne às indústrias de processamento de pedúnculo, estas foram as mais favorecidas com a implantação dos pomares de cajueiro anão precoce, em razão da melhor qualidade do caju ofertado pelo produtor, sanando, em parte, a oferta do pedúnculo proveniente dos plantios de cajueiro comum que sofre restrições pela indústria de sucos.

O interesse na implantação de novos pomares de cajueiro anão precoce é notório, considerando as suas vantagens para aproveitamento integral na indústria de sucos, polpa, doces e dos diversos derivados, além do potencial do mercado interno para o caju de mesa. Vale acrescentar as amplas possibilidades de mercado para o suco de caju pronto para beber e o potencial do mercado interno com perspectivas para alcançar o mercado externo, da tradicional cajuína. Um outro produto, a cerveja de caju, lançada recentemente no mercado interno pode se consagrar como de interesse para o mercado consumidor de bebidas.

Os avanços no processo de ultrafiltração, através de membranas, usado na fabricação da cajuína e a apresentação do produto em latas aluminizadas, além de outros sucos em mistura com a amêndoa de castanha de caju, são exemplos importantes de inovações na indústria de sucos à base de produtos do caju. Há, no entanto, necessidade de concentrar esforços no desenvolvimento de pesquisas em equipamentos de ultrafiltração, através de membranas, que sejam acessíveis, do ponto de vista econômico e financeiro, às pequenas empresas interessadas na produção e padronização de cajuína.

É fato inconteste que as pesquisas realizadas pela Embrapa Agroindústria Tropical voltadas para promover inovações tecnológicas e desenvolver novos produtos estão motivando não só empresas de maior porte como também as micros, pequenas e médias interessadas no potencial do agronegócio caju. No caso das pequenas e médias empresas além da articulação com produtores fidelizados é indispensável uma gestão administrativa e financeira eficiente e um amplo conhecimento das oportunidades de mercado para os vários produtos e coprodutos do caju.

A falta de registro e certificação junto aos órgãos fiscalizadores também se constitui, não raras vezes, entraves para o funcionamento das pequenas unidades, além de afetar a credibilidade do produto junto aos consumidores cada vez mais exigentes e das empresas distribuidoras. Da mesma forma

como ocorre nas pequenas unidades de beneficiamento de castanha existem várias unidades de produção de cajuína, polpa, doces e outros produtos que não se encontram regularizadas junto aos órgãos fiscalizadores, entre os quais a ADAGRI e o MAPA.

2.1.7. Vantagens Competitivas Vs Deficiências

É uma realidade o potencial de oportunidades oferecidas pela cadeia produtiva do caju para implantação de micros, pequenos e médios empreendimentos nos polos da cajucultura. Os diversos segmentos deste agronegócio no Ceará encontram-se em grau avançado de estruturação, mas ainda dependentes de uma maior articulação entre os diversos elos no sentido de consolidar a cadeia, notadamente, no mais vulnerável, o pequeno produtor, cujas áreas representam cerca de 76% (até 20 ha) e a maior parcela da produção de castanha.

O Ceará ainda leva algumas vantagens competitivas em relação aos outros dois maiores produtores de castanha de caju do Brasil, Piauí e Rio Grande do Norte, entre as quais destacam-se: a) maior produtor de castanha e pedúnculo do país; b) concentra o maior número de empresas processadoras de castanha e pedúnculo; c) é detentor de reconhecida expertise em tecnologias inovadoras no agronegócio caju; d) infraestrutura rodoviária, portuária e aeroviária acima da média nacional, entre outras. Além destes aspectos, o elo de comercialização da castanha está mais concentrado no Ceará.

Quanto a comercialização do caju para a indústria de sucos e caju de mesa, apesar da maior produção do Ceará, há uma clara sinalização do crescimento nos estados do Rio Grande do Norte e Piauí devido a instalação de indústrias e cooperativas atraídas por políticas que oferecem vantagens fiscais aos empreendedores do agronegócio caju.

No entanto, como não há uma política de preços que atenda aos interesses das indústrias de processamento da castanha e pedúnculo como também dos produtores de caju, os intermediários se aproveitam do impasse e continuam a manobrar o processo de comercialização.

Se por um lado há uma clara mudança de visão dos produtores e empreendedores do agronegócio caju estimulados pela gradativa modernização tecnológica no campo (novas tecnologias e conhecimento de novos produtos e coprodutos, avanços em máquinas, equipamentos e maior

eficiência nos rendimentos dos processos unitários nas indústrias de castanha e do pedúnculo, facilidades na comercialização e na busca de mercados, em razão das oportunidades de divulgação e concretização de negócios via internet) existem barreiras que necessitam ser superadas para dar maior competitividade e sustentabilidade ao agronegócio caju.

2.2. Proposições

Dentre os alvos que necessitam primordialmente serem atingidos, merecem destaque:

- Urgência na implantação de pelo menos 10.000 hectares por ano dos clones comerciais de cajueiro anão precoce disponíveis no mercado e a renovação de área estimada em 2.000 hectares de cajueiro comum, mediante a técnica de substituição de copas;
- Realização de campanha anual de monitoramento e controle das principais doenças e pragas dos pomares de cajueiro anão precoce, concentrando as ações naquelas consideradas mais prejudiciais a cultura;
- Prestação de assistência técnica pública e privada, regular e de qualidade, direcionada para os municípios que concentram as maiores áreas e produções de caju nos principais polos da cajucultura;
- Necessidade de concentrar pesquisas no desenvolvimento de máquinas e equipamentos mecanizados e semimecanizados, com foco na redução de custos, em operações unitárias dos elos de produção e processamento;
- Fortalecimento da integração, nos polos da cajucultura, dos elos de produção e processamento da castanha e pedúnculo via cooperativas ou empresas âncoras de pequeno e médio portes com foco na comercialização e conquista de mercados para produtos e coprodutos de qualidade;
- Articulação com instituições públicas e privadas com vistas a evitar superposições de ações nos municípios/polos e reduzir a descontinuidade de projetos e ações de interesse do agronegócio caju;
- Articulação com os sindicatos ligados às federações da indústria e agricultura uma regulamentação de preços mínimos para os produtos do caju que atenda os interesses dos produtores e industriais;

- Cumprimento das normas relativas a regularização das pequenas e médias unidades de processamento de castanha e pedúnculo do caju, junto aos órgãos fiscalizadores, com vistas a obtenção de certificações;
- Realização sistemática de campanhas de promoção dos produtos e coprodutos do caju, visando a conquista de mercados internos e externos;
- Estabelecimento de políticas que incentivem a atração de investimentos para favorecer a implantação, principalmente, de pequenas e médias empresas de processamento dos produtos do caju, nos principais polos da cajucultura do estado;
- Envolvimento das prefeituras dos principais municípios produtores de caju definidos pelo PDCP CAJU em ações isoladas ou em parceria com instituições públicas (municipais, estaduais ou federais), privadas, ONG's, dentre outras;
- Necessidade de concentrar, de forma integrada, nos 20 (vinte) principais municípios definidos pela Câmara Temática do Caju, integrantes dos cinco polos da cajucultura, as ações consideradas relevantes para alavancar o agronegócio caju do Estado. Os polos e municípios são os seguintes: Polo do Litoral Leste: Aracati, Beberibe, Fortim e Icapuí; Polo Metropolitano: Barreira, Cascavel, Chorozinho, Ocara e Pacajus; Polo do Baixo Acaraú: Acaraú, Bela Cruz, Cruz, Itarema, Jijoca, Marco e Morrinho; Polo do Litoral Oeste: Itapipoca e Trairi e Polo do Extremo Norte: Camocim e Granja.
- Urgência na implementação de uma política de financiamento e de vantagens tributárias que atendam às conveniências e interesses dos produtores e dos micro, pequenos e médios empreendedores do agronegócio caju;
- Implementação de uma gerência executiva, conforme proposta do PDCP CAJU com a missão, entre outras, de integrar as diversas instituições que atuam na execução de ações no agronegócio caju, como meio importante de estabelecer canal de comunicação entre a Câmara Temática do Caju e as esferas decisórias públicas e privadas, principalmente, as instituições executoras de atividades de interesse

do agronegócio caju, as quais integrariam um comitê gestor, entre as quais se destacam a Embrapa Agroindústria Tropical, SEDET, ADECE, SDA/EMATERCE, SECITECE/Instituto Centec, FAEC/SENAR, FIEC/SINDICAJU/SINDIALIMENTOS, SEBRAE, OCB-Ceará e, como órgão consultivo, a Câmara Temática do Caju.

3.Considerações Finais

Do exposto, conclui-se haver um ambiente bastante favorável para que sejam implementadas as proposições elencadas, considerando os avanços tecnológicos e o potencial da cadeia de valor deste importante agronegócio para a economia do Ceará.

A tecnologia da informação e as facilidades de conectividade entre os diversos elos da cadeia da cajucultura devem ser usados massivamente como importantes facilitadores para agilizar a consolidação e sustentabilidade desse agronegócio.

As estratégias necessárias para operacionalizar as proposições exigem, no entanto, um comprometimento das diversas instituições públicas, privadas e do terceiro setor envolvidas na retomada do crescimento do agronegócio caju no estado do Ceará.